

SIMPA DE LUTAS NO DIA-A DIA DA CATEGORIA E NAS LUTAS DA CIDADE

Somos um grupo de funcionários municipais, militantes da base da categoria, conselheiros sindicais do CORES, diretores do SIMPA, dispostos a contribuir com o debate sobre os rumos do nosso sindicato e buscar o fortalecimento da unidade dos lutadores e lutadoras na construção da luta sindical.

Neste V Congresso pretendemos fazer uma leitura reflexiva em torno do SIMPA, de suas tarefas políticas e organizativas junto aos municipais, frente aos desafios que a classe trabalhadora enfrenta. Uma delas é manter o olhar atento, para si e para fora, pois, as instituições são constituídas nas interfaces das relações com a sociedade e seus mais diversos grupos e forças convergentes e divergentes.

O que importa não é chegar a uma homogeneidade, mas, ao contrário, potencializar as diferenças criando ambiente fértil de respeito e disputa de ideias para que destas diferenças surja o fortalecimento para compor as lutas maiores da classe trabalhadora.

Assim desejamos que este V Congresso do SIMPA contribua para intensificar nossa organização e unidade nas lutas diárias, por condições de trabalho, contra ao assédio moral, por agendas que dialoguem com as pautas mais amplas de lutas por uma cidade mais democrática e humanizada e com as lutas contra o conjunto de ataques à classe trabalhadora.

O mundo em crise

No mundo os direitos da classe trabalhadora vêm sendo duramente atacados. Vivemos uma crise econômica mundial sem precedentes, gerando guerras, migrações forçadas, fome, miséria e ampliação da desigualdade social. Tais fatores nada mais são do que a expressão do fortalecimento do capitalismo, que vem se apropriando de forma mais agressiva da riqueza socialmente produzida e que chega ao Brasil de forma intensa e com efeitos perversos.

A potencialidade destruidora do modelo se mostra por inteiro, orientando políticas econômicas que protegem e ampliam capitais financeiros privados, sejam através dos ajustes fiscais brutais ou pela encampação dos riscos financeiros desses capitais por instituições públicas. Interferem na soberania dos países e nações, retraem direitos sociais e trabalhistas, mercantilizando todos os aspectos de reprodução da vida no âmbito cultural, social, ambiental.

Sustentado na financeirização da economia e na reestruturação produtiva, o projeto neoliberal amplia as desigualdades sociais, mesmo nos países mais desenvolvidos, aumentando a exploração, reduzindo investimentos em áreas sociais e de proteção, e dá lugar às novas formas de organização, contratação e gestão da produção (trabalho flexível, fragmentado, precarizado). Tais mudanças impactam a capacidade de organização da classe trabalhadora e requerem que aprofundemos a reflexão em torno do mundo do trabalho desde o cenário nacional.

O Brasil pelo avesso

O cenário nacional, sob o governo Dilma Rousseff, nos traz o esgotamento de um ciclo desenvolvimentista no qual partidos originalmente de esquerda se aliaram como sócios-menores aos interesses da burguesia nacional, afundados em corrupção e sob intenso desgaste político, acuados pela direita.

O governo Dilma e o PT, ao intensificarem um ajuste fiscal conservador, sob a hegemonia neoliberal, se renderam totalmente aos interesses do mercado e suas imposições de "austeridade". Atacam direitos sociais e previdenciários. Bilhões de reais foram cortados no orçamento dos ministérios e o aumento dos preços da energia e combustíveis, além da elevação dos preços dos alimentos, só fazem prejudicar ainda mais a população mais pobre, que ainda sofre os efeitos da recessão com o desemprego crescente. Tudo isso para garantir a política de superávit primário e manter o pagamento dos juros da dívida pública, ao invés de investimentos em áreas sociais.

Essa política econômica privilegia setores rentistas da sociedade brasileira, tais como grandes empresas, bancos, pessoas físicas, investidores estrangeiros que buscam compensar a perda dos seus ganhos.

No campo social o governo federal deflagrou políticas de ascensão pelo consumo, através do endividamento, e não pela extensão dos direitos sociais. Tal iniciativa fez com que os que ascenderam socialmente reproduzissem padrões de consumo, valores, comportamento e opções eleitorais conservadoras.

O aumento das bancadas conservadoras no Congresso e a total dependência do governo em relação ao PMDB para garantir a "governabilidade", apesar do risco iminente de um *impeachment*, consolida o quadro que envolve uma profunda crise de ordem econômica, política e ética.

As pautas conservadoras se expressam tanto no ataque aos direitos coletivos como direitos individuais. Redução da maioria penal, revisão do ECA, estatuto da família (que retroage em questões já garantidas pelo STF, como o casamento e composição de famílias homo afetivas), ataque aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas, cerceamento às metas que visam a equidade de gênero nos planos de educação, programas de fortalecimento de ações manicomial, homofóbicas, de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, entre outras agendas conservadoras. Dilma barganhou e entregou Ministérios importantes como o da saúde ao PMDB em troca de uma mísera governabilidade.

No mundo do trabalho, o PL das terceirizações e a larga utilização de parcerias público-privadas, associado a processos crescentes de privatização compõe um quadro de ataque que atinge gravemente a cidadania e visa desestruturar os serviços públicos para beneficiar mais um ciclo de acumulação do capital. Tais ofensivas da burguesia alteram radicalmente a conformação do mundo do trabalho e ampliam a dificuldade de organização sindical e política da classe trabalhadora.

Como a história demonstra, são os trabalhadores do setor público, em geral, os primeiros a serem atingidos, em todas as esferas, pelas políticas de ajustes fiscais, contenção de gastos e controle do déficit público aplicadas pelos governos. Vivemos, portanto, um cenário complexo, mas que também tem demonstrado o vigor das lutas e resistências da classe trabalhadora, que precisam estar preparadas para o enfrentamento que se avizinha. Precisamos denunciar tentativas como o PLC 18/2015, que tramitou no Congresso, felizmente rejeitada, alterando a CLT prevendo que a negociação em acordo coletivo prevalecesse sobre a determinação legal. O que se pretendia sob o discurso de fortalecer os sindicatos dando-lhes autonomia, era retirar dos trabalhadores seus direitos mínimos. E, com isso, retirar dos sindicatos os parâmetros de luta, submetendo-os a uma negociação sem limites com o capital. Capital e trabalho não negociam, travam embates para fixar limites. O parâmetro mínimo estabelecido na legislação trabalhista deve ser o ponto de partida para qualquer negociação.

No Rio Grande do Sul, com o Governo Sartori, vamos de mal a pior

O Governo Sartori iniciou aplicando o mesmo ajuste fiscal que o Governo Dilma. Aproveitando-se do discurso da crise econômica para atacar direitos do funcionalismo e precarizar serviços essenciais, realizou cortes no custeio da máquina administrativa, suspendeu nomeações e novos concursos; aplica arrocho salarial para os servidores, chegando ao parcelamento dos salários.

Sartori opera uma reforma do Estado orientada pelos grandes empresários coordenada por Jorge Gerdau e a Agenda 2020 – uma espécie de plataforma política do grande empresariado para impor seus interesses privatistas à administração do estado – tendo como consequência o desmonte dos serviços prestados pelo Estado, uma vez que o repasse das verbas das áreas sociais são giradas para a iniciativa privada. Implanta um modelo de estado mínimo, corta repasses essenciais aos municípios. Alia-se a alas conservadoras, extinguindo a Secretaria Estadual de Combate à Violência contra as Mulheres. Na área da saúde mental, vai de encontro aos avanços conquistados há anos pelos militantes da luta anti-manicomial e da reforma sanitária, estimulando políticas de internações compulsórias e fortalecendo “comunidades terapêuticas”. Esta reforma iniciou pelas Parcerias Público-Privadas - PPP's para as escolas estaduais, pela criação da Previdência Complementar, política que divide os servidores públicos. Igualmente, integram o programa deste governo a extinção de Fundações, a privatização de parte do Banrisul, da CEEE e da CORSAN, além do aumento da cobrança por atendimentos pelo IPE Saúde.

O Governo Sartori enfrenta, porém, resistência dos Servidores Públicos Estaduais para a implementação de seu projeto. E, mesmo diante da maior mobilização unificada da história, segue com a política de reajuste zero, não pagamento do Piso aos Educadores, descaso com as precárias condições das escolas e dos serviços de saúde e completamente negligente com o agravamento da violência, decorrentes da falta de investimentos e profissionais nessas áreas

Uma Porto Alegre cada vez mais voltada para os ricos

Porto Alegre vive a mais de uma década sob a condução de uma coalizão política conservadora. O fim do ciclo continuado das experiências petistas no governo municipal foi superado a partir de 2005 com uma poderosa coalizão partidária disposta a abrir um novo período na história da cidade. Analistas como Sérgio Baierle (2007, 2009) caracterizam a aliança política liderada por José Fogaça (PPS, depois PMDB) como sendo capitaneada por um bloco empresarial interessado, sobretudo, no redesenho da cidade na

lógica de um novo ciclo de acumulação. Esta aliança foi capaz, em nome do antipetismo, de envolver tanto os tradicionais partidos conservadores, como os trabalhistas e os verdes, além de outros partidos de menor expressão, configurando um novo bloco histórico regional, articulado pelo Grupo RBS de mídia e as grandes federações empresariais.

No seu segundo mandato (2013-2016), Fortunati foi reeleito no primeiro turno, liderando a coalizão “Por Amor a Porto Alegre”, integrada por nove partidos (PDT, PMDB, PTB, PP, PPS, PRB, PSDB, PTN e PMN), que fez 65,22% dos votos válidos. Com maioria no parlamento, o governo Fortunati/Melo promoveu pesados ataques ao serviço público, submeteu a lógica de seu trabalho ao “Programa de Governança Social”, em uma clara reorientação das políticas públicas, baseadas na gestão privada, desde as referências da Terceira Via, uma suposta alternativa entre o liberalismo puro e a social-democracia “estatista”.

Desmonte do serviço público, a incompetência dos gestores, aumento das terceirizações (DMLU, DMAE, SMED, SMAM, DEP, FASC, SMOV, etc), o enxugamento do estado, obras de mobilidade para beneficiar a especulação imobiliária e o grande empresariado, privatização, elitização (Auditório Araújo Vianna e Projeto Cais do Porto), e aumento progressivo das parcerias público-privadas, atropelo aos direitos da cidadania e conselhos municipais, precarização das condições de trabalho dos servidores e assédio moral são ingredientes que, combinados, caracterizam a agenda Fortunati-Melo no período recente. Além disso, as relações com o governo foram marcadas por muita intransigência e falta de diálogo para com a direção do SIMPA/Comando de Greve/Categoria, quando não de perseguição e assédio aos grevistas. Fortunati/Melo formaram um governo que facilitou um modelo de cidade para a burguesia. Dificultaram a vida dos pequenos comerciantes em bairros boêmios da cidade como a Cidade Baixa. Esse governo perseguiu os artistas de rua, os artesãos, criminalizou os movimentos sociais, removeu vilas colocando as famílias em lugares sem estrutura nenhuma e sem cobertura das políticas públicas. Pautou-se por ações higienistas em relação às pessoas em situação de rua, criminalizando a pobreza enquanto sucateou os serviços da assistência social. Melo, quando foi vereador, teve de sua autoria a Lei que proibiu carroças de circular pela cidade e que estendeu aos carrinheiros, catadores que puxam com seus próprios corpos os carrinhos para exercerem seu sustento. O interesse é no lucro que o setor de gestão de resíduos tem dado aos empresários e somado a isso a “higienização” da cidade da pobreza.

Diante desse quadro, é preciso que tenhamos claro, qual a concepção e os princípios que orientam nossa ação sindical.

CONCEPÇÃO E PRÁTICA SINDICAL

Nossa tese entende como concepção e prática sindical a unidade de ação a partir das decisões da maioria e a mais ampla liberdade de expressão, na luta pelos interesses imediatos e históricos de nossa classe, de forma ampla e plural, com democracia operária, livre, autônoma e independente em relação ao Estado, aos patrões e aos governos, a partidos políticos e credos religiosos. Constituem a referência básica para sua ação e organização: **A luta sindical deve ter duplo caráter: luta sindical** (defesa dos interesses imediatos – luta econômica, por salários, saúde, menor jornada, direitos trabalhistas) e **luta pelos interesses históricos da classe**, articulando as reivindicações imediatas a uma estratégia de transformação social.

PRINCIPIOS QUE ORIENTAM NOSSAS AÇÕES

Classismo e independência de classe - Significa que assumimos com toda clareza que nesta guerra de classes, os interesses de patrões e trabalhadores são opostos, antagônicos e inconciliáveis. É preciso, portanto, um permanente combate político e ideológico com ações de enfrentamento anticapitalista que questionam a exploração, as desigualdades e injustiças.

Unidade na luta e Democracia interna - A democracia dos trabalhadores/as é elemento fundamental, estruturante e estratégico. Deve ter como fundamento *a firme unidade de ação baseada na decisão da maioria, combinada com a mais ampla liberdade de opinião e expressão das diversas posições.*

Organização nos locais de trabalho - a organização dos trabalhadores e trabalhadoras na base, e em especial a organização nos locais de trabalho (OLT) é estratégica. Ela tem um papel fundamental, porque alia resistência à exploração capitalista no dia-a-dia como escola de luta e de poder dos trabalhadores, sementes para a construção da nova sociedade socialista.

Perspectiva Socialista - No capitalismo não há vida digna nem saída para a classe trabalhadora. Não existe espaço para uma sociedade justa e igualitária enquanto alguns detêm a propriedade privada dos meios de produção e se enriquecem à custa do trabalho alheio. Esse deve ser nosso objetivo, como sindicalistas, acumular na perspectiva da construção de outra sociedade, voltada para atender as necessidades da maioria da população, uma sociedade democrática, fraterna e igualitária, a sociedade socialista.

O Capital é internacional e classe trabalhadora também - Pertencemos a uma classe que, além de ser internacional, só será capaz de protagonizar a construção do socialismo se o compreender como projeto que só pode se concretizar em escala internacional. Isto exige esforços constantes para compreender mais e mais a realidade em que se dá a luta de classes no país, resgatando sempre os elementos concretos que se articulam na realidade dada sobre a qual temos de agir e o exercício da solidariedade internacionalista.

Independência e autonomia: Rechaçamos concepções que reduzem a luta sindical exclusivamente aos interesses imediatos, pois escamoteia a insuficiência da luta econômica em si mesma para superar a exploração. De igual modo ou aquelas que implicam em transformar entidades sindicais em correia de transmissão de um partido ou grupo, em nome de uma retórica revolucionária, independentemente do discurso e das intenções de seus porta-vozes. Independência e autonomia são inegociáveis na luta sindical.

Luta contra a opressão na perspectiva de classe e no dia a dia - Machismo, racismo, homofobia são formas apropriadas pelo capital para favorecer o aumento da exploração. Por isso, nossa tese reivindica classista, anticapitalista, feminista, antirracista, anti-homofóbica, pois entendemos essas opressões como estruturante das hierarquias e desigualdades impostas pela lógica do capital.

DEBATE SOBRE A CENTRAL SINDICAL

Diante de um cenário marcado pela pulverização e fragmentação do movimento sindical brasileiro, não cabe impor uma única central sindical para toda a base de municípiários. Hoje existem mais de uma dezena de centrais sindicais. Algumas alinhadas com o projeto político da direita. Outras, cujo papel principal é de defesa do governo federal e um modelo de sindicalismo tutelado e reformista.

Assim, embora a INTERSINDICAL e a CSP-Conlutas se inscrevam em um campo combativo, entendemos não estarem dadas as condições para uma retomada unificada de classe, que aglutine o conjunto dos trabalhadores de forma democrática, classista e de luta, que pratique a independência de classe e a combatividade e, ao mesmo tempo, rejeite o sectarismo e a autoprocamação redentor. Portanto, não entendemos como propícia, neste momento e no cenário próximo, a deflagração de uma discussão sobre possível filiação do SIMPA a uma das centrais.

BALANÇO SOBRE A GESTÃO DO SIMPA E AS LUTAS DA CATEGORIA

O SIMPA constitui-se como um marco na organização dos servidores públicos, 27 anos atrás. Nasceu a partir da AMPA – Associação dos Municípiários de Porto Alegre e impulsionado por uma greve num momento em que o país voltava a respirar ventos democráticos. Porém, durante dez anos (1996-2005), nosso sindicato foi dirigido pela bandidagem, pela máfia de pelegos e oportunistas. Neste ano, fechamos um novo ciclo (2006-2015), com uma década de muito esforço para a recondução do sindicato para o leito de uma perspectiva combativa, democrática e comprometida com as lutas da categoria.

Ao longo do processo de retomada do SIMPA, foram muitas as vitórias: a reorganização financeira e patrimonial, a credibilidade e reconhecimento da categoria associada, a transparência e democracia interna, a reconstituição do CORES, a ampliação do calendário de lutas e estrutura de ação do SIMPA, além assembleias massivas e vitórias importantes em relação às condições de trabalho, carreira e salário.

Tivemos acerto, no período mais recente, ao fazer uma leitura em torno do efeito cascata, de sua importância para o conjunto da categoria. Nossa vitória foi fruto de uma unidade dos municípiários, sob a insígnia “Nenhum centavo a menos” e, para tanto, a atuação da diretoria foi fundamental para o êxito do movimento. Nos dois anos (2014 e 2015), tivemos duas greves importantes, dois quais a categoria e a Direção do SIMPA saíram fortalecidas, com forte adesão em praticamente todos os serviços, ampliando a solidariedade e a unidade dos municípiários, seu potencial organizativo e de luta.

Também tivemos sucesso, ainda que não no patamar pretendido, ao arrancar do governo um Plano de Saúde para os municipais – uma antiga reivindicação -, com participação financeira de acordo com critérios de renda e idade e que inclui dependentes.

Todavia, o ciclo de gestões sob a coalisão comandada pelo PDT/PMDB no período recente tem combinado habilidade, assédio moral e intransigência, fazendo com que nossas conquistas salariais tenham sido pequenas e restritas ao índice inflacionário do período.

O sindicato esteve presente ainda em lutas mais gerais da cidade, tais como aquelas que envolveram a Copa/2014 e representou nossa categoria em algumas lutas gerais dos trabalhadores, estudantes e movimentos populares, Fóruns e Conselhos Municipais. Mas ainda assim percebemos o quanto precisamos nos inserir e intensificar nossas ações em torno das lutas urbanas em nossa capital.

Se nosso balanço é, no geral, positivo, não quer dizer que não tenhamos críticas às formas de relações internas que se processam, ao hegemonismo que, muitas vezes, sufoca e rejeita a diversidade de manifestações e a limitação do leque de atuação do Sindicato. Desse modo, nosso plano de lutas aponta alguns dos desafios para o próximo período.

PLANO DE LUTAS (2016-2018)

REORGANIZAÇÃO DO SIMPA

- 1) **Realização de pesquisa de caráter quanti e qualitativa sobre o perfil da categoria e dos associados ao SIMPA**, de forma a identificar os locais de maior e menor incidência da organicidade, ocupações, formação, idade, gênero, identidade étnico-racial, entre outras. Tais informações deverão orientar o planejamento para ampliar a base filiada e construir um banco de dados para subsidiar as ações sindicais.
- 2) Construir um **Programa de Formação dos Trabalhadores Municipários**, ampliando a estrutura no sindicato e recursos para tal, de modo a investir na qualificação dos quadros existentes e formação de novos quadros, visando a oxigenação de nossa organização, contemplando temas específicos e amplos e diálogo com especialistas de dentro e de fora da categoria.
- 3) **Construção de Memorial do SIMPA**, com a organização, catalogação e digitalização dos registros existentes, disponibilizando para o acesso da categoria e pesquisadores, com a promoção de exposições e publicações periódicas, de forma massiva e simplificada.
- 4) **Regionalização do SIMPA** – Ampliar as ações que articulem os trabalhadores a partir da base territorial, relacionando políticas e serviços, através de reuniões periódicas, encontros e agendas concretas de ação, construídas na base.
- 5) **Em cada local de trabalho um representante do SIMPA**. A capilaridade do Sindicato é fundamental para uma maior participação e relação dos associados com o CORES e a direção. Investir na representação de OLTs.
- 6) **Manter a unidade interna e qualificar as relações na direção do Sindicato**, assegurando estabilidade política interna com base. E isso implica: a) na manutenção da direção colegiada, e tornar coletiva a participação superando o verticalismo; b) direção proporcional direta e qualificada, garantindo a todas as expressões seu peso real; c) empenho em ampliar e aprofundar o debate político interno, politizando as divergências, recusando o sectarismo e a confusão entre maioria e hegemonismo; d) convívio com as diferenças, garantindo-se a mais ampla liberdade de expressão no interior da categoria; e) respeito às resoluções das instâncias de decisão e à unidade de ação em torno delas, através do encaminhamento efetivo das decisões políticas; f) Ampla e livre circulação da informação no interior da entidade; g) compartilhamento das tarefas e responsabilidades; h) combate ao processo de burocratização, reforçados pelo monopólio da representação, transformando entidades em “entes particulares”.
- 7) **Diálogo e estímulo à organização do trabalhadores terceirizados**.
- 8) **Sindicato o ano inteiro** – O SIMPA deve buscar ser referência de atuação o ano inteiro e não só nas épocas de data base, participando das lutas da cidade e ampliar o leque de ações permanentes na área cultural e formativa, estabelecidas em calendário prévio, fruto de um planejamento estratégico. A cultura não é a cereja do bolo, mas constitutiva da identidade dos trabalhadores. Temos que investir e qualificar nossas ações para além das demandas corporativas, resgatando o simbolismo e a mística das lutas da classe, em sua diversidade e riqueza.

9) **Manter a luta contra o imposto sindical obrigatório** e ressarcimento a categoria municipal dos descontos efetuados.

10) **Ampliar e fortalecer o GT de Ações de Combate à Opressão.** Ele tem um papel estratégico nesta conjuntura no enfrentamento à agenda conservadora. Devemos assegurar a participação da base para além da diretoria e articular cotidianamente nossa luta sindical nesse campo às lutas populares, respeitando a autonomia e a dinâmica dos movimentos contra as opressões – com toda suas histórias, acúmulos e contradições.

11) **Ampliar equalificar as áreas de Formação e Comunicação do SIMPA,** para além da propaganda e informação, com a produção de materiais, em diferentes linguagens, de caráter formativo através de colaboração junto aos CORES e Associações existentes. É papel do SIMPA formular e disseminar opinião em torno de temas como a Saúde Pública, o papel da Assistência Social, as concepções de Segurança Pública, Mobilidade Urbana, as Políticas Ambientais, as Ações de Caráter antirracistas e anti-discriminatórias, por exemplo.

EIXOS DE INTERVENÇÃO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS MUNICIPAIS

1) **Qualificar o processo de construção da pauta de reivindicações da data-base, de modo a evitar a mera identificação de demandas específicas que não serão objeto de lutas, passada a definição do índice de reajuste salarial.**

2) **Retomada vigorosa da reivindicação do Plano de Carreira dos Municipários e da busca de isonomia salarial, que não retire direitos, e garanta ascensão funcional para toda a categoria.**

3) **Combater todas as formas de terceirização e quarteirização, contratos temporários e uso abusivo de estagiários no serviço público e parcerias público-privadas.**

4) **Construção de estratégias e modos de operação para assegurar avanços nas pautas específicas do conjunto das Secretarias, Fundações e Autarquias municipais. Para tanto é preciso avançar e investir na relação com os representantes no CORES e Associações existentes.**

5) **Priorizar a demanda de uma política efetiva de saúde dos trabalhadores,** de forma preventiva, permanente e estruturada como serviço, de modo a tratar o adoecimento, estresse, afastamentos dos trabalhadores e trabalhadoras.

6) **Política de enfrentamento ao assédio moral,** no âmbito da PMPA, incluindo prevenção, acolhimento e tratamento das vítimas, inibindo práticas assediadoras e punindo os responsáveis, conforme dispositivo na lei municipal sobre o assédio moral.

7) **Priorizar o estabelecimento de condições de segurança nos locais de trabalho,** em especial em unidades na ponta das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social. Articular tal iniciativa com o debate sobre a violência urbana e formas de superação desde as políticas integradas, com a participação efetiva da guarda municipal.

AÇÕES EXTERNAS PRIORITÁRIAS

1) **Participação decisiva do SIMPA nas agendas e mobilizações fortalecendo a resistência popular contra o ajuste fiscal em curso e as políticas recessivas e de ataque aos direitos da classe trabalhadora,** conduzidas por Dilma, Temer, Eduardo Cunha e Renan Calheiros.

2) **Contribuir para a construção da unidade do campo combativo e independente junto ao movimento sindical,** em especial com vistas a uma unificação programática e institucional das experiências em curso.

3) **Ampliar e fortalecer as relações com as lutas sociais e populares,** em especial aquelas que apontam para a construção de modelos alternativos de gestão e participação cidadã, o internacionalismo, as campanhas de solidariedade, jornadas de lutas que aproximam campo e cidade, o debate modos de vida alternativos, à mística da militância, presentes em organizações que tem uma perspectiva mais ampla da luta social na defesa de uma cidade inclusiva, para todos e não só para alguns.

4) **Realização em 2016 de Seminário Temático, com vários encontros, para discutir, junto com outros sindicatos, movimentos sociais, pesquisadores e intelectuais, o modelo de desenvolvimento hegemônico em curso na cidade de Porto Alegre e alternativas a ele.** Tal iniciativa, em um cenário eleitoral, pode contribuir para precisar o papel do serviço público e do sindicalismo municipal em uma perspectiva contrahegemônica.

Signatários:

Leila Thomassim (Diretora do SIMPA/Coordenação da Intersindical RS), Veridiana Machado (Diretora SIMPA/Abrigo Bom Jesus/FASC), Kate Lima de Lima (/CORES/SMS/Postão Cruzeiro), Marco Mello (CORES/SMED, CR/ATEMPA EMEF Saint Hilaire), Marilu Silveira Goulart (CORES/FASC; CRAS/Ilhas), Anália Martins (EMEF Ildo Menegheti/SMED), Elisabete Cardoso (EMEIVila Floresta /SMED), Ewerton Luiz Breyer (HPS/SMS), Tânia Maria da Silva Alegre (HPV/SMS), Terena Thomassim Guimarães (EMEF Dolores Caldas/ SMED), Marco Macerata (GTI/SMS), Paulo Brião (Material/FASC), Maria Helena de Castilhos (CRVV/SMDH), Margarete Vieira (CORES FASC/Abrigo Marlene) Ewerton Breyer (HPS/SMS), Simone Flores (EMEF Saint-Hilaire/SMED) Maria Valéria Carvalho Simões (CRVV/SMDH), Maria Luiza Castilhos (SMS) Maercio de Almeida Flores Cruz (SMAM), Márcia Dreyer (FASC - PSB) e Eliziane Ferraz (FASC - centro pop).